

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.887 - SP (2019/0012876-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : VILLA MIX FESTIVAL LTDA
ADVOGADOS : DANIELLA LINA CINTRA - GO028561
MARCOS ANTÔNIO DO ESPIRITO SANTO GREGÓRIO -
GO031048
AGRAVADO : DEBORA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MÁRCIO SALES FALCÃO - SP336982

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por VILLA MIX FESTIVAL LTDA desafiando decisão do Ilustre Presidente do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitindo recurso especial, com base nos seguintes fundamentos: a) não restou devidamente comprovada a violação aos dispositivos arrolados, pois foram satisfeitas todas as exigências legais na solução das questões de fato e de direito da lide; b) incidência da Súmula 7/STJ; c) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

É o relatório. Passa-se a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

Observa-se que o agravo previsto no art. 1.042 do CPC/15 tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pela Corte de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada.

In casu, a parte agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão recorrida, pois deixou de impugnar a Súmula 7 desta Corte.

Com efeito, o princípio da dialeticidade, que rege os recursos processuais, impõe ao recorrente, como requisito para a própria admissibilidade do recurso, o dever de demonstrar por que razão a decisão recorrida não deve ser mantida, demonstrando o seu desacerto, seja do ponto de vista procedimental (*error in procedendo*), seja do ponto de vista do próprio julgamento (*error in judicando*), porquanto não atende ao princípio em tela

Superior Tribunal de Justiça

o recurso que se limita a tão só afirmar a tese jurídica interessante à sua pretensão, sem confrontar, de forma juridicamente balizada, os fundamentos adotados na decisão que busca reformar.

Incide, na hipótese, o art. 932, III, do CPC/15, que permite ao Relator não conhecer de recurso que não impugna especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator